



PCMG prende fisiculturista que vendia anabolizantes ilegalmente

A Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) prendeu em flagrante, nessa quarta-feira (11/5), um fisiculturista, de 46 anos, por comercializar ilegalmente anabolizantes em Belo Horizonte. O suspeito foi detido após cumprimento de mandado de busca e apreensão na residência dele, localizada na região do Barreiro, na capital.

As investigações, a cargo da 3ª Delegacia de Polícia Civil Leste, vinculada ao 1º Departamento de Polícia Civil em Belo Horizonte (1º DEPPC), revelaram que o suspeito também cometia fraudes ao se apresentar como médico endocrinologista e educador físico para prescrever as drogas.

“Ele sequer possui formação em nível superior. O investigado se apresentava como médico, natural da Espanha, e cobrava entre R\$ 200 a R\$ 800 pelas supostas consultas”, explica o delegado responsável pelo inquérito policial, Rafael Faria, adiantando que os valores variavam conforme o local em que o suspeito sugeria para encontrar as vítimas. “Ambos os endereços, inclusive, estão irregulares, tanto o suposto consultório quanto a academia, que não possuíam registro ou regulamentação”, completa.

Responsabilização

Ainda de acordo com Faria, a PCMG confirmou durante as apurações as falsificações ideológicas e, até a conclusão do procedimento de polícia judiciária, o investigado pode vir a responder também por outros crimes, como exercício ilegal da medicina e estelionato. “Após o cumprimento da ordem judicial, ele foi flagrado com medicamentos lacrados, frascos vazios, anotações e, o que mais impressionou, quase R\$ 20 mil em dinheiro”, pontua.

O delegado ressalta que os medicamentos, em sua maioria, eram provenientes de países estrangeiros, como Paraguai e Suíça, e, portanto, também não poderiam ser comercializados no Brasil, conforme regulamentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Após a formalização da prisão em flagrante, o suspeito foi encaminhado ao sistema prisional. A investigação, iniciada há quatro meses, prossegue para a conclusão do procedimento e busca por eventuais comparsas no esquema criminoso.

Alerta

A Polícia Civil procurou o Conselho Regional de Educação Física para colaborar com as investigações, e o órgão, que acompanha o inquérito, confirmou a inexistência de qualquer vínculo do suspeito com a instituição. “Por essa razão, é muito importante alertar a população para que exija de tais profissionais a comprovação do exercício legal da medicina, uma vez que pode se tratar de drogas, legais ou não, altamente prejudiciais à saúde, a depender do caso”, reforça o chefe do 1º DEPPC, delegado Arlen Bahia.